



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

105



HABEAS CORPUS: nº 212966-8 (0006333-71.2010.8.17.0000)
COMARCA ORIGEM: Olinda (1ª Vara Criminal)
IMPETRANTE: Adv. Edson José de Jesus
PACIENTE: 5729 **PAULINO JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. FURTO QUALIFICADO. MODALIDADE TENTADA. PRISAO EM FLAGRANTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS E DELITO PRATICADO SEM VIOLÊNCIA. INDÍCIOS DE CONDUTA CRIMINOSA REITERADA. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISAO CAUTELAR. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. PENA MÍNIMA EM ABSTRATO. ÓBICE TEMPORAL. APLICAÇÃO DO REGIME ABERTO. DEPENDE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. ORDEM DENEGADA. A UNANIMIDADE.

1. Havendo prova da existência da infração penal e indícios suficientes da autoria, nenhuma ilegalidade há na manutenção da prisão cautelar do paciente, notadamente se a decisão está convenientemente fundamentada na necessidade da garantia da ordem pública.
2. Paciente denunciado pela prática, em tese, do delito tipificado no art. 155, parágrafo 4º, incisos III e IV, do Código Penal, cuja pena mínima prevista é de 2 (dois) anos. Mesmo com a aplicação do redutor da tentativa, há elementos que indiquem a aplicação da pena acima do limite temporal previsto no art. 89, da Lei dos Juizados Especiais (igual ou inferior a um ano).
3. As circunstâncias avaliadas pelo juiz na fixação da pena-base devem ser consideradas também na fixação do regime de cumprimento da reprimenda, motivo pelo qual inexistente constrangimento ilegal na aplicação de regime mais rigoroso, caso alguma das circunstâncias judiciais assim o recomende (art. 33, § 3º, do Código Penal).
4. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 212966-8 (0006333-71.2010.8.17.0000), da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, em que figura, como impetrante, o advogado Edson José de Jesus, e como paciente **PAULINO JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem** do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 26 de maio de 2010.

Des. MAURO ALENCAR DE BARROS
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

106



HABEAS CORPUS: nº 212966-8 (0006333-71.2010.8.17.0000)
COMARCA ORIGEM: Olinda (1ª Vara Criminal)
IMPETRANTE: Adv. Edson José de Jesus
PACIENTE: **PAULINO JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

RELATORIO

Trata-se de habeas corpus liberatório impetrado pelo advogado Edson José de Jesus em favor do paciente **PAULINO JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO**, apontando como autoridade coatora a Exma. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a expedição de Alvará de Soltura para que o paciente possa responder ao processo em liberdade, por não estarem presentes os requisitos do art. 310 do CPP.

Consta nos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 17/04/2010, sob a acusação de furto qualificado na modalidade tentada (art. 155 § 4º, III e IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal).

A defesa alega inicialmente que o paciente é primário, trabalha como moto-boy, tem endereço certo e não se furtará a aplicação da lei penal, tendo praticado o delito sem gravidade em concreto.

Aduz ainda que a suspensão condicional do processo é um direito subjetivo do paciente, nos termos da Lei nº 9.099/95, e ressalta que, mesmo não sendo aplicada esta regra, poderia o paciente cumprir a pena em regime aberto, pela previsibilidade do quantum da pena a ser aplicada.

Formulou pedido liminar, que foi indeferido (fls. 31/32).

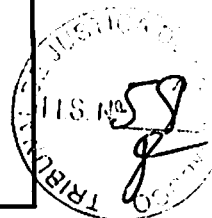
Afirma a autoridade impetrada que indeferiu o pedido de liberdade provisória e homologou o flagrante, recebendo a denúncia em 30/04/2010, estando presentes indícios suficientes de autoria e prova da materialidade (fls. 39/41).

Quanto ao mérito deste habeas corpus, a autoridade impetrada informou ser temerária e prematura a concessão da ordem pela necessidade de garantia da ordem pública.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

107



Em parecer, o douto Procurador de Justiça em Matéria Criminal defendeu a manutenção da custódia cautelar, considerando incabível a suspensão condicional do processo, mesmo com a redução da pena pela forma tentada. Justifica que o impetrante não fez prova das alegadas condições pessoais favoráveis, sendo o paciente reincidente neste tipo de delito (fls. 50/52).

É o sucinto relatório.

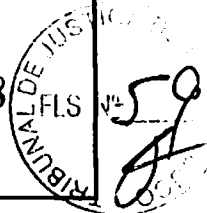
Recife, 26 de abril de 2010.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

108



HABEAS CORPUS: nº 212966-8 (0006333-71.2010.8.17.0000)
COMARCA ORIGEM: Olinda (1ª Vara Criminal)
IMPETRANTE: Adv. Edson José de Jesus
PACIENTE: **PAULINO JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Consta nos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 17/04/2010, ao tentar furtar o veículo de propriedade do Tenente de Polícia Militar Dorgivan Ferreira de Assis Sobrinho, fazendo uso de chave falsa e mediante concurso de duas ou mais pessoas (art. 155 § 4º, III e IV, c/c art. 14, II, do Código Penal).

A vítima relatou que estava dentro do seu carro, oculta pela película escura nos vidros, quando o paciente e mais dois elementos forçaram a porta com uma chave falsa. Policiais militares que realizavam uma ronda no local efetuaram a prisão do paciente, que portava em uma das mãos um punhal e na outra uma chave mincha.

A testemunha Emilia Cavalcanti relatou a ocorrência de um furto dias antes no mesmo local, e em seguida reconheceu no interior do veículo dos acusados alguns objetos furtados.

Sem maiores delongas, assiste razão ao MM Juiz *a quo*.

A segregação cautelar do paciente foi mantida em decisão plenamente fundamentada (fonte: sistema Judwin do TJPE), uma vez que há prova da existência da infração penal e indícios suficientes de autoria, tendo sido esta mantida para garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal.

Vejamos o teor da decisão que denegou o pedido de liberdade provisória:

Processo n. 0003483-81.2010.8.17.0990

Acusados: CARLOS ANDRÉ LIRA DE HOLANDA E OUTROS

CARLOS ANDRÉ LIRA DE HOLANDA, PAULINO JOAQUIM DE OLIVEIRA e LUCAS LEITE DA SILVA, qualificado nos autos, através de Defensor constituído, pugnam pela concessão do benefício da liberdade provisória, arguindo que a prisão dos acusados fere o princípio da presunção de inocência, bem como que não se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva, aduzindo ainda serem os acusados primários, com residência fixa e emprego certo (fls. 110/119). Instada a se manifestar, a Representante do Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fls. 218/220). Eis o breve relatório. DECIDO. Da análise dos autos, observa-se que não merecem prosperar os argumentos apresentados pela Defesa dos requerentes. Decerto estão evidenciados nos autos a prova da materialidade delitiva, conforme boletim de ocorrência, depoimentos colhidos pela autoridade policial, auto de reconhecimento de objeto, auto de

128



apresentação e apreensão (fl. 09/31), além dos indícios de autoria identificados nos depoimentos colhidos na fase inquisitiva.

Decerto, a gravidade das condutas noticiadas nos autos, que revelam indícios da ação reiterada dos denunciados na prática de furto qualificado, na localidade onde ocorreu o crime narrado na denúncia, evidencia a necessidade da segregação cautelar dos mesmos para garantia da ordem.

Por outro lado, é pacífico na jurisprudência o entendimento de que o domicílio certo e trabalho fixo, bem como primariedade e bons antecedentes são insuficientes para elidir o decreto de custódia preventiva, ou para autorizar de plano o benefício da liberdade provisória.

A propósito trago à balla o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

"Estando o decreto de prisão preventiva devidamente fundamentado, com precisa indicação da necessidade da custódia para garantia da ordem pública, é descabida a sua revogação sob o argumento de ser o réu primário e sem registro de maus antecedentes. A garantia da ordem pública situa-se, precipuamente, na salvaguarda do meio social, violentado pela gravidade do crime e pela periculosidade dos seus agentes."(STF - RHC 4473-0 - Rel. Vicente Leal - DJU 29.0595, p. 15.560)

Em idêntico sentido:

"As circunstâncias relativas à primariedade do denunciado, assim como o fato de possuir bons antecedentes não afastam a possibilidade de ter o denunciado a custódia preventiva decretada, como já decidiu o TJSC, ReHC 1128, JC 69/583."

Isto posto, indefiro o pedido de concessão de liberdade provisória (fls. 110/119), com fundamento no art. 312 do CPP, por considerar a segregação cautelar dos acusados CARLOS ANDRÉ LIRA DE HOLANDA, PAULINO JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO e LUCAS LEITE DA SILVA fundamental para garantia da ordem pública.

Citem-se os acusados para os fins do art. 396 do CPP, conforme determinado na decisão de fls. 192.

Intime-se o defensor constituído, para o mesmo fim, COM URGÊNCIA.

Cumpra-se a decisão de fl. 192, parte final.

INTIME-SE. CUMPRA-SE. Ciência ao Ministério Público.

Olinda (PE), 24 de maio de 2010. Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira - Juíza de Direito Substituta

No caso dos autos, o réu apresenta indícios de conduta reiterada em delitos desta natureza, o que recomenda a manutenção da sua prisão cautelar neste momento processual.

Não procede o argumento defensivo de que o paciente faz jus à suspensão condicional do processo pela pena em abstrato, uma vez que, apesar de tentado, o furto foi qualificado pelo uso de chave falsa e concurso de pessoas, o que muito provavelmente afastará a aplicação da pena no mínimo legal com o redutor.

Neste sentido, trago acórdão do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ART. 89 DA LEI 9.099/95. EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE TEMPORAL.

1. As inovações da Lei n.º 10.259/01 derogaram o art. 61 da Lei n.º 9.099/95, passando a considerar crimes de menor potencial ofensivo aqueles cuja pena máxima cominada seja de 2 (dois) anos.

2. Tais inovações, porém, segundo entendimento pacífico desta Corte, não alcançaram o instituto do sursis processual, previsto no art. 89 da Lei n.º 9.099/95, permanecendo, pois, inalterado o seu cabimento tão-somente para os delitos com a cominação de pena mínima igual ou inferior a 1 (um) ano.



3. Considerando que o Paciente foi denunciado pela prática, em tese, do delito tipificado no art. 155, parágrafo 4º, Inciso III (furto qualificado), do Código Penal, cuja pena mínima prevista é de 2 (dois) anos e a máxima é de 8 (oito) anos, a pretensão para a suspensão condicional do processo encontra óbice no limite temporal previsto no art. 89, da Lei dos Juizados Especiais.

4. Ordem denegada.

(HC 96.627/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 11/03/2008, DJe 14/04/2008)

Em relação ao regime inicial de cumprimento da pena, muito embora o art. 33, § 2º, letra c, do Código Penal decline o regime ordinário aberto como de regra, quando a pena imposta não é superior a quatro anos, as decisões produzidas pelo STF¹ defendem a idéia de que nem mesmo o réu primário tem direito subjetivo ao regime penitenciário declinado neste artigo, na medida em que a avaliação dependeria das condições do § 3º².

Neste momento processual, é prematuro concluir que todas as circunstâncias judiciais serão favoráveis ao paciente, pelo que deve aguardar a fase de coleta de provas.

Exemplifico:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 155, PARÁGRAFO 4º, INCISO IV, C/C ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. REGIME PRISIONAL. SURSIS. SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE.

I - Sendo desfavoráveis as circunstâncias judiciais (CP, art. 59) na fixação da pena-base do crime de furto, ainda que na forma tentada, é apropriado o regime prisional inicialmente semi-aberto para o cumprimento da reprimenda estatal.

II - Tendo sido a pena-base fixada acima do mínimo legal em razão da culpabilidade do agente, dentre outras circunstâncias, inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, bem como a concessão do sursis. Writ denegado.

(HC 30.996/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/04/2004, DJ 07/06/2004 p. 249)

PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA. REGIME MAIS RIGOROSO. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 269/STJ. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. As circunstâncias avaliadas pelo juiz na fixação da pena-base devem ser consideradas também na fixação do regime de cumprimento da reprimenda, motivo pelo qual inexistente constrangimento ilegal na aplicação de regime mais rigoroso, caso alguma das circunstâncias judiciais assim o recomende (art. 33, § 3º, do Código Penal).

2. O enunciado 269 da Súmula do STJ estipula que "É admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a

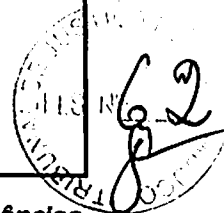
¹ STF - HC 83.478-SP - 1ª T. - Rel. Min. Marco Aurélio - DJU 30.04.2004; HC 80.919-SP - 2ª T. - Rel. Min. Nelson Jobim - DJU 12.06.2001; e recentemente HC 85.531-SP - 2ª T. - Rel. Min. Celso de Melo - DJU 14.11.2007; HC 84.306-PR - 2ª T. - Rel. Min. Gilmar Mendes - DJU 10.08.2007

² Art. 155 § 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

111



pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais".

3. *Ordem parcialmente concedida a fim de fixar o regime semiaberto para o início de cumprimento da pena imposta ao paciente MARCELO DE OLIVEIRA. (HC 123.978/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 04/06/2009, DJe03/08/2009)*

Pelo exposto, acompanho o parecer do douto Procurador de Justiça em Matéria Criminal e **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 26 de maio de 2010.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator